



UNIDADE REGIONAL COLEGIADA LESTE MINEIRO
Transcrição da 106ª reunião, realizada em 29 de maio de 2015

1 Em 29 de maio de 2015, reuniu-se extraordinariamente a Unidade Regional
2 Leste Mineiro (URC Leste) do Conselho Estadual de Política Ambiental
3 (COPAM), no auditório da Federação das Indústrias do Estado de Minas
4 Gerais (Fiemg) em Governador Valadares, Minas Gerais. Participaram os
5 seguintes membros titulares e suplentes: o presidente Alberto Félix Iasbik,
6 representante da SEMAD; Ronald Hott de Paula, da Secretaria de Estado de
7 Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Seapa); Wilson Starling Júnior, da
8 Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico (Sede); Edson Lopes
9 Ferreira, da Polícia Militar de Minas Gerais (PMMG); Leonardo Castro Maia,
10 da Procuradoria-Geral de Justiça (PGJ); Maria Aparecida Pereira Soares, da
11 Prefeitura Municipal de Governador Valadares; Iusifith Chafith Felipe, do
12 Comitê da bacia Hidrográfica do Rio Piracicaba – representantes do poder
13 público; Denise Bernardes Couto, da Federação das Indústrias do Estado de
14 Minas Gerais (Fiemg); Raimundo Rodrigues Pereira, da Federação da
15 Agricultura e Pecuária do Estado de Minas Gerais (Faemg); Juliana de
16 Souza Matias, da Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de
17 Minas Gerais (Fetaemg); Wellington Braga, da Federação das Associações
18 Comerciais e Empresariais do Estado de Minas Gerais (Federaminas);
19 Marcelo Axer Alves de Rezende, Associação Brasileira de Celulose e Papel
20 (Bracelpa); Guilherme de Assis Gonçalves, do Conselho Regional de
21 Engenharia e Agronomia (Crea); José Angelo Paganini, da Fundação
22 Relictos de Apoio ao Parque Estadual do Rio Doce; Alice Lorentz de Faria
23 Godinho, do Movimento Pró Rio de Todos os Santos e Mucuri; Sydnei
24 Almeida Lage, do Codema de Itabira – representantes da sociedade civil.
25 **Assuntos em pauta. 1) EXECUÇÃO DO HINO NACIONAL BRASILEIRO.**
26 **Executado o Hino Nacional Brasileiro. 2) ABERTURA. Presidente Alberto**
27 **Félix Iasbik:** “Meu nome é Alberto, eu sou funcionário de carreira do Instituto
28 Estadual de Florestas, e fui designado pelo governo, no início do mês de
29 abril, para responder pela Supram Zona da Mata. Nesse intercâmbio que
30 existe entre as Suprams, a Supram Zona da Mata preside a reunião da URC
31 Leste, e o superintendente da URC aqui preside a reunião da URC Zona
32 da Mata. Então eu estou nessa função aqui agora com vocês e gostaria de
33 contar com o apoio de todos. Na hora que tivermos as considerações aqui, o
34 Leonardo mandou uma mensagem para vocês. É uma grande
35 responsabilidade substituir o Leonardo, uma pessoa competente, séria. Eu
36 vou ler uma mensagem que ele passou para vocês. Se tiver alguma
37 oportunidade para frente, eu posso até trazê-lo aqui, mas, de antemão, ele

38 mandou um abraço sincero para vocês. A secretária adjunta Marília Carvalho
39 de Melo é a presidente, e, na ausência dela, no caso, o representante sou
40 eu, Alberto.” **3) COMUNICADOS DOS CONSELHEIROS E ASSUNTOS**
41 **GERAIS.** Conselheiro Edson Lopes Ferreira: “Nós gostaríamos de comunicar
42 que a 8ª Companhia de Meio Ambiente e Trânsito, sediada aqui em
43 Governador Valadares, está de novo comando. Assumiu o senhor major
44 Fernando Costa da Silva, que também é conselheiro, já se matriculou como
45 conselheiro titular para estar aqui na próxima reunião. Então o comunicado
46 aos conselheiros é que estamos de comando novo, e aquele que puder dar
47 uma passadinha lá para ver o comando e tomar um café... Estamos à
48 disposição.” Conselheiro Wilson Starling Júnior: “Eu também gostaria de
49 agradecer, especialmente, alguns conselheiros que me ligaram. Eu tive um
50 problema de saúde, com todos sabem, mas graças a Deus eu estou
51 recuperado e pronto para dar a minha contribuição naquilo que for possível.
52 E é muita alegria estar aqui de volta com os companheiros. Esta é a primeira
53 reunião do ano, e nós sabemos que os funcionários estavam numa luta, e
54 parece que agora chegaram a um bom termo. E nós sabemos das
55 dificuldades com referência a funcionários, e isso tem realmente deixado a
56 desejar, principalmente para as empresas, que nos cobram. Às vezes,
57 sabem que somos conselheiros: ‘E a minha licença, como está?’ Aí temos
58 que ir à superintendência, e às vezes chegamos com a intenção de dar e
59 acabamos atrapalhando também o serviço das meninas. Então não deixa de
60 ser um momento também para pedir desculpas, pois às vezes estamos lá
61 ajudando a resolver as questões, e cumprimentar a Maria Helena também,
62 de maneira muito especial, por ela continuar à frente da Superintendência do
63 Leste de Minas. Eu acredito, tenho certeza – mais do que acreditar – de que
64 se você continua é porque tem serviços prestados, tem liderança e tem
65 executado bem o seu serviço. Então eu acredito também que seja por isso.
66 Quero que o nosso presidente da mesa leve um abraço para o doutor
67 Leonardo, pessoa que nós respeitamos e aprendemos a admirar durante o
68 tempo em que com ele convivemos. Então leve para ele também o nosso
69 abraço, e tenho certeza de que é o abraço de todos. Eu posso falar, sem
70 sombra de dúvida, de todos, porque o Leonardo é uma pessoa que nos
71 ajudou muito e que sempre foi ponderado, sempre foi uma pessoa
72 equilibrada nas decisões e com conhecimento de tudo. Então fica aqui o
73 nosso abraço para o doutor Conselheiro Leonardo Castro Maia: E espero
74 que o senhor venha com o mesmo espírito. Quando está substituindo um
75 ruim, é até mais fácil, mas quando está substituindo um bom pesa sobre os
76 ombros uma grande responsabilidade.” Conselheiro Leonardo Castro Maia:
77 “Eu queria saudar todos os conselheiros e o novo presidente no nosso
78 primeiro encontro, a primeira reunião do ano. E nesta oportunidade também
79 relatar aos senhores acerca de uma iniciativa do Ministério Público, de
80 âmbito até internacional, que é um trabalho de proteção e de preservação

81 das unidades de conservação, dos espaços protegidos. O Ministério Público
82 de Minas Gerais tem um plano geral de atuação a cada ano. Além do plano
83 estratégico, que é de longo alcance, tem o plano finalístico dizendo quais são
84 as questões que os promotores de cada uma das áreas de atuação –
85 consumidor, criança e adolescente, família etc. – devem focalizar, digamos
86 assim, os seus maiores esforços. E no nosso plano geral de atuação, já
87 desde o ano passado, consta que os esforços na área de meio ambiente
88 devem focalizar, entre outras questões, a proteção e regularização dos
89 espaços protegidos. E aí estão as unidades de conservação. Infelizmente, as
90 unidades de conservação, muitas vezes, são criadas e ficam no papel, são
91 os chamados parques de papel, porque não são implantadas. Existem
92 unidades de conservação que deveriam ser objeto de regularização
93 fundiária, ou seja, documentação relativa aos imóveis, desapropriações a
94 serem realizadas... As compensações ambientais que nós votamos no
95 COPAM, no Conselho de Política Ambiental, devem ser aplicadas, pelo
96 menos algumas das modalidades de compensação. E eu destacaria a do
97 Artigo 36 da Lei do Sistema Nacional de Unidades de Conservação. É uma
98 compensação ambiental, e os empreendimentos têm que arcar com esse
99 valor como uma compensação pelos impactos que eles causam. E lá nesse
100 dispositivo é destacado que essa compensação deve reverter para unidade
101 de conservação. Infelizmente, isso também, muitas vezes, não é realizado.
102 Inclusive, há bem pouco tempo, dentro desse esforço, o Ministério Público
103 ajuizou uma ação para esses valores contingenciados, valores que foram
104 pagos e recolhidos pelo Estado, mas não estão sendo aplicados nas
105 unidades de conservação. Quando se vai às unidades de conservação o que
106 se encontra? Se encontra uma situação, às vezes, de penúria, de falta de
107 instrumentos de trabalho, falta de guarda-parques, não tem uma guarita. Há
108 uma indefinição acerca do que se pode fazer e do que não se pode fazer
109 numa unidade de conservação, porque não há plano de manejo da unidade
110 de conservação. Muitas unidades não têm a sua delimitação clara. Elas são
111 criadas, às vezes, num ato político. Um político comparece em determinado
112 local e fala 'eu vou criar aqui o parque tal'. Edita aquele ato, e, no entanto, a
113 unidade fica anos e anos sem ter a sua delimitação. Não precisa ir longe, é
114 só olharmos na janela de qualquer lugar aqui em Valadares que nós vamos
115 vislumbrar o pico do Ibituruna, que é um emblema da cidade de Valadares.
116 Tem Padaria Ibituruna, todo tipo de estabelecimento, Colégio Ibituruna. O
117 Ibituruna é o símbolo maior da cidade, e, no entanto, no Ibituruna, até
118 recentemente, não estava delimitada a unidade de conservação, e isso é
119 natural. É um monumento natural que tem proteção integral. Mas em tantas
120 outras unidades, na maioria delas, nós verificamos essas mesmas questões,
121 esses mesmos problemas. E nessa linha eu relato aqui o plano de atuação
122 do Ministério Público de Minas Gerais, ação que foi proposta aqui em Minas.
123 O Ministério Público de Minas está desenvolvendo um trabalho que eu diria

124 até pioneiro nessa ação de defesa das unidades de conservação, mas é uma
125 atividade e uma preocupação geral. Por isso, a Rede Latino-Americana do
126 Ministério Público Ambiental, que agrega vários Ministérios Públicos de
127 vários países, está desenvolvendo um projeto de valorização, conservação e
128 proteção das unidades de conservação. E não apenas das unidades de
129 conservação, mas do pagamento pelos serviços ambientais. Existe outro
130 instituto que também não vem sendo tão praticado como deveria. Esse
131 projeto está sendo lançado, e vai ter evento em vários locais, em vários
132 Estados e depois até em outros países, mas o primeiro vai ser em Minas
133 Gerais, no dia 2 de junho. É um curso para promotores para sensibilizar os
134 promotores e capacitá-los para atuar nessa área. Esse projeto contempla a
135 produção de manuais para os promotores, mas que são públicos, e também
136 um site. Eu vou dar o endereço para os senhores que tiverem interesse em
137 acessar: conservacao.mpambiental.org. Então é um site para o projeto. A
138 Rede Latino-Americana tem o site dela, e esse é um site do projeto, um site
139 da Rede Latino-Americana, mas foi criado especificamente para esse
140 projeto. E lá nós temos dois manuais: um para as unidades de conservação
141 e um para pagamento por serviços ambientais, que são temas de muito
142 interesse na atualidade e muito importantes para a proteção ambiental. E o
143 site 'mpambiental.org' é o site da rede, que tem várias outras questões
144 tratadas lá. Esse seria como se fosse um subsite, um site específico para um
145 projeto da Rede Latino-Americana." Conselheiro Lusifith Chafith Felipe: "Eu
146 queria passar uma informação, porque está tendo uma discussão na
147 Assembleia Legislativa desde o princípio do ano, praticamente. Estão
148 organizando um grande seminário, que vai ser em dez regionais, sobre a
149 questão da escassez e da crise hídrica. E nessa discussão agora é que nós
150 chegamos aos grupos de trabalho, aonde vão ser as regionais, à parte de
151 organização final. Nós vamos ter uma consulta popular, com cada
152 coordenador. São vários segmentos que estão participando. E há uma
153 grande expectativa, inclusive, porque está no olho do furacão a questão da
154 fiscalização, a questão muito crítica das Suprams, do COPAM, porque nós
155 sabemos de todo o desarranjo político que sofremos nesses dois anos para
156 cá. Então eu dou as boas-vindas, e acho que esta instância aqui tem que ter
157 muita credibilidade para colocarmos a casa em ordem. E eu acho que o que
158 não falta aqui são profissionais à altura para fazer isso. Agora, nós estamos
159 em um momento sem fiscalização, e vemos muito essa reclamação,
160 principalmente por parte de prefeituras, que se deslocam quilômetros para
161 chegar aqui e ficar horas esperando. Isso não é culpa da demanda que tem,
162 mas eu acho que é uma irresponsabilidade do Estado de não ter uma
163 estrutura adequada para acolher a Supram, para acolher a responsabilidade
164 das decisões que se tomam aqui. Então eu acho que é muito importante a
165 participação de todo mundo, porque às vezes é muito fácil a gente criticar,
166 inclusive nós que temos sempre uma postura mais crítica, porque não

167 compreende o processo, e não dá para acreditar em tudo o que construímos
168 em política pública; e as coisas ainda não funcionam. Eu acho que nós
169 temos muita maturidade democrática neste país, as empresas que estão aí
170 fazendo o seu papel. Inclusive, na nossa bacia, nós não temos praticamente
171 nenhum inadimplente. E é um dinheiro muito significativo o dinheiro da
172 cobrança, porque nós conseguimos colocar para andar a política de recursos
173 hídricos, com todas as ferramentas que nós já temos praticamente
174 implantadas, e agora fazendo os planos municipais de saneamento, o que
175 nos traz muito orgulho, porque é um plano estratégico importante para
176 reorganizar e cobrar das futuras autoridades o que está dentro daquele
177 plano. Então eu só queria fazer esse apelo, que as pessoas fiquem atentas
178 com esse seminário, porque é uma oportunidade de refletirmos essa crise
179 hídrica. Eu acho que a natureza se recupera sozinha, mas nós vamos lá e
180 bagunçamos tudo. Então eu acho que esse momento das relações humanas
181 é muito importante para mantermos essa credibilidade que temos enquanto
182 país democrático, enquanto esse punhado de obra que estamos fazendo. E
183 aí eu espero que cada um tenha esse apelo patriótico de preservar o que é
184 nosso.” Conselheiro Raimundo Rodrigues Pereira: “Eu gostaria inicialmente
185 de dizer que estou totalmente favorável ao comunicado do nosso
186 companheiro Starling em referência à Maria Helena e ao senhor, que está
187 nos prestigiando com a sua presença, representante que é lá da Zona da
188 Mata. Eu gostaria de aproveitar esta oportunidade para dizer que amanhã
189 nós teremos aqui em Valadares um evento muito importante, que
190 anualmente é realizado pela Cooperativa Agropecuária Vale do Rio Doce,
191 que é um leilão. Uma oportunidade que vários produtores terão de
192 apresentar os seus animais para venda. Animais esses de alto padrão
193 genético e que sem dúvida alguma contribuirão para a melhoria da
194 produtividade leiteira da nossa região. Devo ressaltar que a cooperativa,
195 durante pelo menos 40 anos em que nós temos sido testemunhas – nós
196 tivemos a oportunidade também de colaborar representando a Emater
197 naquele tempo – tem feito um trabalho de melhoria da pecuária leiteira da
198 região. E aqui nós temos até um ex-presidente da cooperativa, que sabe
199 mais do que qualquer um de nós como esse trabalho de melhoria dos
200 plantéis leiteiros da nossa região tem sido importante. Só vou citar um
201 exemplo, porque nós tivemos a oportunidade, em 1980, de iniciar um
202 trabalho que chamávamos de torneio leiteiro, que era uma espécie de
203 concurso feito em nível de fazenda. Naquele primeiro ano, a vaca que
204 produziu mais leite produziu 24,7 litros, produção individual de uma vaca, de
205 uma retirada, em 1980. O Wellington, nosso companheiro, é produtor rural e
206 sabe disso mais do que qualquer um de nós: a produtividade hoje é duas
207 vezes mais do que naquela época. Então isso não foi fácil. É resultado de um
208 trabalho árduo de várias gerações, de várias diretorias da cooperativa, que
209 naturalmente contou também com o apoio do órgão oficial, a Emater. Eu

210 agradeço a oportunidade de fazer esse comunicado, esclarecer e dizer que
211 nós queremos dar voz à atividade agropecuária.” Conselheira Alice Lorentz
212 de Faria Godinho: “Eu queria cumprimentar a todos e também reforçar aquilo
213 que tem sido dito aqui, principalmente em relação à nossa grande amiga e
214 mestra Maria Helena. E também para dizer a vocês da preocupação que eu
215 tenho porque ao longo de todo esse tempo nós temos avançado muito pouco
216 e estamos sujeitos a críticas severas, que são verdadeiras. E falar da minha
217 esperança que eu já disse aqui várias vezes a vocês, porque, a despeito da
218 idade, eu me recuso terminantemente a perder a esperança. E é por isso que
219 eu continuo vindo aqui cumprimentar a todos e, principalmente, pela alegria
220 quando eu perguntei ao Wesley: ‘E aí, estão todos aí?’ E ele me disse que
221 sim, estão todos aqui, todos esses com os quais eu tenho convivido e
222 aprendido a admirar; cada um de vocês. O fato de vocês estarem aqui ainda,
223 num período de tanta incerteza como o que nós estamos atravessando,
224 reforça a minha confiança, a minha esperança. Um abraço para todos.”
225 Conselheiro José Angelo Paganini: “No primeiro semestre deste ano, o
226 Conselho Estadual de Recursos Hídricos aprovou a DN de declaração de
227 escassez hídrica no Estado, com os critérios para essa decretação. E o
228 IGAM tem feito os estudos que essa DN recomenda e publicado isso. Nessa
229 DN foram estabelecidos praticamente quatro níveis de observação relativo a
230 vazão de rios. A vazão normal, a de atenção, a de alerta e a escassez
231 hídrica. Na nossa bacia aqui, em três estações que medem vazões no rio
232 Doce, já estamos em estado de atenção. Seria a estação de Mário Carvalho,
233 no rio Piracicaba, próximo a Nova Era. E a estação de Porto Firme, no rio
234 Piranga, também está em situação de alerta. Então nós devemos ficar
235 atentos a isso porque nós estamos começando o período seco e já com esse
236 indicativo bastante preocupante.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Eu vou
237 aproveitar para fazer uso da palavra só para passar para vocês a mensagem
238 que o Leonardo mandou para todos os conselheiros e companheiros também
239 colegas da Supram. ‘Quero, neste momento em que deixo a nobre função de
240 presidente suplente desta URC, dizer que o meu crescimento e
241 amadurecimento profissional foram muito significativos graças à colaboração
242 de todos. Sempre pautados no mais elevado interesse público, com rigor
243 técnico e bom senso, indispensáveis a uma gestão ambiental correta e
244 profícua, em resultado que não estaciona na retórica inoperante, com
245 observância da legalidade, sempre buscando a justa medida para aplicação
246 da lei, no cipoal de normas que nos lança muitas vezes na sombra da
247 insegurança jurídica e com as deliberações deste Colegiado. Nesse sentido,
248 sempre busquei aproveitar as experiências da coordenação e aprimoramento
249 da equipe da Supram Zona da Mata. Aos colegas da Supram Leste, minha
250 eterna admiração pela competência e seriedade com que sempre trataram
251 todas as questões e todos os processos e por terem sobrevivido, assim
252 como nós em Ubá, diante de tantas dificuldades estruturais. Aos colegas,

253 aos conselheiros desta URC, o reconhecimento pelo trabalho diferenciado e
254 determinante para melhoria da qualidade ambiental do Estado. Aprimoremos
255 o modelo e não desistamos dele, porque somente com a participação e o
256 comprometimento de todos conseguiremos avançar. À minha querida Maria
257 Helena, por tudo que representa e ensina a todo momento, minha gratidão
258 pelo companheirismo, auxílio, carinho e amizade e por tudo o que passamos
259 juntos. Obrigado a todos. Continuaremos servindo à sociedade e ao Estado
260 de Minas Gerais. Contem comigo aqui na Supram Zona da Mata.' Ele está
261 desejando um grande abraço e que Deus ilumine a nós todos aqui.”
262 Superintendente Maria Helena Batista Murta: “Boa tarde senhores
263 conselheiros. Eu também gostaria de agradecer a todas as manifestações
264 que a mim foram dirigidas, sobretudo, dos conselheiros, que são meus
265 amigos. Já somos lutadores há mais de 20 anos pela água, que é a nossa
266 bandeira principal. E tudo o que nós previmos aconteceu. Então agora nós
267 não queremos que esse desfecho seja um cenário pior. Pelo contrário, ainda
268 há tempo de restaurar. É para isso que hoje nós estamos convocando todos
269 vocês, independentemente do Conselho, independentemente da área de
270 atuação, porque nenhum de nós sobrevive sem água. Então nós estamos
271 convocando a sociedade para que ela seja parceira, para que a água não
272 seja um problema, mas seja sempre a solução para o nosso bem-estar e
273 para a nossa sobrevivência. Deus lhes pague, e obrigada, em especial, ao
274 carinho dos conselheiros.” **4) EXAME DAS ATAS DA 104ª E DA 105ª**
275 **REUNIÕES DA URC LESTE MINEIRO.** Aprovada por unanimidade a ata da
276 104ª reunião da URC Leste Mineiro, realizada em 18 de outubro de 2014,
277 com abstenção do conselheiro Wilson Starling Júnior. Retirada de pauta a
278 apreciação da ata da 105ª reunião, por não ter sido disponibilizada. **5)**
279 **PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE**
280 **CONDICIONANTES DE LICENÇA PRÉVIA CONCOMITANTE COM**
281 **LICENÇA DE INSTALAÇÃO CONCEDIDA AD REFERENDUM. 5.1)**
282 **AngloGold Ashanti Córrego do Sítio Mineração S/A. Pilhas de**
283 **rejeito/estéril. Santa Bárbara/MG. PA 00111/1988/030/2013, DNPM**
284 **930.181/2008. Condicionantes 8, 9 e 10. Classe 5. Apresentação:**
285 **Supram Leste Mineiro. Item retirado de pauta. 6) PROCESSO**
286 **ADMINISTRATIVO PARA EXAME DE ALTERAÇÃO DE**
287 **CONDICIONANTES DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA**
288 **CONCEDIDA AD REFERENDUM. 6.1) Guanhões Energia S/A. PCH**
289 **Fortuna II. Barragens de geração de energia hidrelétrica. Guanhões/MG.**
290 **PA 00221/2001/004/2013. Condicionantes 17, 18 e 20. Classe 3.**
291 **Apresentação: Supram Leste Mineiro. Conselheiro Leonardo Castro Maia:**
292 **“Senhor presidente, só abstenção nessa votação, porque eu atuo num**
293 **procedimento negociando com o empreendedor.” Analista ambiental da**
294 **Supram Leste Mineiro: “Nós gostaríamos de alterar o texto da condicionante**
295 **nº 17, em relação ao prazo, porque o empreendedor já promoveu o protocolo**

296 da proposta no IEF. Então agora vamos alterar o texto dessa condicionante,
297 que seria: 'Firmar o termo de compromisso de compensação florestal por
298 intervenção no bioma mata atlântica perante o Instituto Estadual de
299 Florestas, devendo o respectivo termo ser apresentado junto ao órgão
300 licenciador. Prazo: 60 dias após a aprovação da proposta.' E na
301 condicionante 18 permanece o texto: 'Firmar junto ao órgão ambiental
302 competente termo de compensação florestal por intervenção em APP, que
303 deverá ser registrado junto ao cartório de títulos e documentos, devendo o
304 respectivo termo ser apresentado ao órgão licenciador. Prazo: 60 dias após a
305 aprovação da proposta'. Condicionante nº 20: 'Firmar junto ao órgão
306 ambiental competente termo compromisso de compensação florestal por
307 supressão, corte de árvores isoladas e espécies imunes de corte, que deverá
308 ser registrado junto ao cartório de títulos e documentos, devendo o
309 respectivo termo ser apresentado ao órgão licenciador. Prazo: 60 dias após a
310 aprovação da proposta'. Conselheiro Wilson Starling Júnior: "Se eu entendi
311 bem, então você está passando de 120 para 60 dias todas as três
312 condicionantes. Ok." Presidente Alberto Félix Iasbik: "Podemos colocar em
313 votação? Quem concorda com o deferimento deste processo permanece
314 como está. Aprovado." Conselheira Denise Bernardes Couto: "Senhor
315 presidente, Fiemg, abstenção." **7) PROCESSO ADMINISTRATIVO PARA
316 EXAME DE LICENÇA DE INSTALAÇÃO CORRETIVA. 7.1) Extramil
317 Extração e Tratamento de Minérios S/A. Correias transportadoras.
318 Antônio Dias/MG. PA 42309/2013/001/2014. Classe 3. Apresentação:
319 Supram Leste Mineiro. Item retirado de pauta. 8) PROCESSOS
320 ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE LICENÇA DE OPERAÇÃO
321 CORRETIVA. 8.1) Boi da Terra Empreendimentos e Participações Ltda.
322 Fabricação de couro por processo completo a partir de peles até o
323 couro acabado, com curtimento ao cromo, seus derivados ou tanino
324 sintético. Ipatinga/MG. PA 00078/1990/009/2012. Classe 6.
325 Apresentação: Supram Leste Mineiro. Item retirado de pauta. 8.2)
326 Laticínios Gardingo Indústria e Comércio Ltda. Preparação de leite e
327 fabricação de produtos de laticínios, resfriamento e distribuição de leite
328 em instalações industriais; ponto de abastecimento de combustíveis.
329 São João do Oriente/MG. PA 598/2004/004/2013. Classe 3.
330 Apresentação: Supram Leste Mineiro. Conselheiro Leonardo Castro Maia:
331 "Senhor presidente e senhores conselheiros, a primeira questão que nós
332 notamos nesse procedimento, durante a análise, foi que, em consulta ao
333 processo administrativo junto ao Siam, nós verificamos que os estudos de
334 RCA e PCA em formato PDF não são executados após uma tentativa de
335 abertura; esses documentos não estão disponíveis no Siam. Então com isso
336 a análise da pauta foi realizada apenas com a informação do Parecer Único.
337 A primeira questão que eu queria levantar – já tive a necessidade de fazer
338 isso em outras oportunidades – é a disponibilização das informações ao**

339 público. Então eu gostaria que, independentemente do resultado da votação,
340 fosse determinado que fosse verificada a situação desses pareceres e que
341 fosse corrigido o problema, para que eles fiquem disponíveis para consulta.
342 Como, inclusive, decidiu o Tribunal de Justiça no Agravo de Instrumento nº
343 10024132500927001. Por ocasião do julgamento do agravo, o
344 desembargador relatou, em votação que foi unânime, que ‘a omissão estatal
345 no fornecimento de informações ambientais pode gerar dano irreparável aos
346 cidadãos que desejam acompanhar as práticas administrativas relativas à
347 preservação do meio ambiente’. E além disso eu chamo a atenção para o
348 fato de que o Estado – no nosso caso, a Supram – cobra do empreendedor
349 um valor financeiro referente à análise do processo, e nesse valor encontra-
350 se incluída a atividade de digitalização e enumeração do processo, o que
351 pode ser verificado junto à planilha de custos do processo. Outra questão
352 que surgiu e de que também não conseguimos a informação por meio do
353 Siam, e eu gostaria de ouvir esclarecimentos do corpo técnico, é sobre o
354 termo de ajustamento de conduta, assinado com a Supram no dia 20 de
355 agosto de 2013. A validade desse termo, a data final seria 20 de fevereiro de
356 2014. Afora essa informação, não há nenhum detalhe se o empreendedor
357 solicitou ou se foi prorrogado esse termo de ajustamento de conduta. E, se
358 não tendo sido prorrogado, e não contando ainda com a licença, se ele foi
359 autuado, se houve uma autuação por infração. Então eu gostaria de receber
360 da equipe esclarecimentos sobre a operação do empreendedor sem licença
361 ou não aparado pelo TAC, e, se constatado esse fato, se ele foi autuado pela
362 infração administrativa do decreto que dispõe sobre as infrações.” Juliana
363 Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: “Na página 14, no último parágrafo,
364 do item 8: ‘Tendo em vista a validade do TAC expirado em 20/2/2014, não
365 havendo solicitação por parte do empreendedor de aditivo do instrumento
366 originalmente firmado, e diante da constatação de que o empreendedor
367 operou sem licença ambiental no período compreendido entre 23/9/2012,
368 data de validade da AAF nº 04443/2008, e 4/1/2013, data da formalização do
369 processo administrativo de LOC, foram lavrados o Auto de Fiscalização nº
370 041/2014, e o Auto de Infração nº 40426.’ Então o empreendedor foi
371 autuado.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Esclarecido, obrigado. Então,
372 senhor presidente, sem mais perguntas.” Presidente Alberto Félix Iasbik:
373 “Alguém mais deseja se manifestar? Então podemos colocar em votação?
374 Os conselheiros que concordam com o deferimento deste processo
375 permaneçam como estão. Deferido.” Conselheira Denise Bernardes Couto:
376 “Eu gostaria de deixar registrado, já é de praxe: a Fiemg concorda com o
377 Parecer da Supram, é favorável ao deferimento da licença, mas se posiciona
378 contra a condicionante nº 11 do Parecer Único, que é ‘assinar protocolo de
379 vistoria do Corpo de Bombeiros’, uma vez que tem a ver com a questão do
380 Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros, futuramente, e, no nosso
381 entendimento, não deve ser exigido no processo de licenciamento ambiental,

382 a não ser que seja para postos de gasolina. Então eu queria deixar o
383 posicionamento da Fiemg registrado em ata quanto a isso.” **8.3) Cipalam**
384 **Indústria e Comércio de Laminados Ltda. Produção de laminados e**
385 **trefilados de qualquer tipo de aço, sem tratamento químico superficial,**
386 **produção de substâncias químicas e de produtos químicos**
387 **inorgânicos, orgânicos, organo-inorgânicos, exclusive produtos**
388 **derivados de processamento de petróleo, de rochas oleígenas, de**
389 **carvão-de-pedra e de madeira; subestação de energia elétrica. Santana**
390 **do Paraíso/MG. PA 11842/2008/004/2011. Classe 3. Apresentação:**
391 **Supram Leste Mineiro.** Conselheiro José Angelo Paganini: “Eu queria um
392 esclarecimento sobre o que está sendo licenciado, porque fala aí na
393 produção de produtos químicos inorgânicos e orgânicos, e, o parecer não
394 cita esses processos em lugar nenhum. Essa seria uma das dúvidas.”
395 Alicielle Souza Aguiar, da Supram Leste Mineiro: “O parecer, no item 4.2, cita
396 o que está sendo licenciado juntamente com a laminação, que é a fábrica de
397 oxigênio. Por causa dela foi inserido esse código de produção de
398 substâncias químicas, que faz parte do processo.” Conselheiro José Angelo
399 Paganini: “A outra dúvida é sobre efluentes líquidos. Está sendo dito que não
400 há geração de efluentes líquidos industriais, entretanto o processo de
401 laminação utiliza água em bastante quantidade no processo, isso gera uma
402 água oleosa e com carepa, vai para um sistema de recirculação e volta para
403 o processo. Ela tem um tratamento, gera carepa etc. e tal. Mas todos os
404 processos de recirculação que eu conheço – posso até estar desatualizado,
405 por causa da idade – não reaproveitam 100% da água; sempre tem uma
406 purga. Esse sistema é completamente fechado, sem purga, ou existe essa
407 purga? E o que é feito com a água dessa purga?” Juliana Ferreira Maia, da
408 Supram Leste Mineiro: “Onde é feita essa decantação, esse mesmo resíduo
409 que está presente no efluente industrial. Esse efluente, esse resíduo é
410 removido, encaminhado para uma caçamba e aí, sim, comercializado como
411 sucata para indústria, o que está atestando aqui no parecer. O efluente é
412 todo recirculado. Se precisar de repor alguma água, ele tem os postos que
413 vão poder ser utilizados para essa reposição.” Conselheiro José Angelo
414 Paganini: “Não existe nenhuma perda de água contaminada?” Juliana
415 Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: “Não.” Conselheiro Leonardo Castro
416 Maia: “Em consulta ao Ibama, eu verifiquei que o empreendimento não
417 possuía o certificado de regularidade do CTF. Aí, essa primeira dúvida, eu
418 pergunto: eventualmente, isso poderia ser resolvido por uma condicionante?
419 Eu queria saber se tem, pois eu posso estar equivocado também. E, se não
420 tem, se nós poderíamos resolver isso por meio de uma condicionante, para
421 que ele regularize essa situação junto ao Ibama. Eu até fiz um print do site.
422 Constou, de fato, mas em consulta ao site eu verifiquei que não.” Juliana
423 Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: “No controle processual, cita que ‘foi
424 demonstrado o certificado de regularidade do Cadastro Técnico Federal do

425 empreendedor e do responsável pelos estudos ambientais.” Conselheiro
426 Leonardo Castro Maia: “Eu consultei no site e verifiquei que não tinha, não
427 possuía. Fiz até um print da tela. Eu pergunto o seguinte: por exemplo,
428 resolveria se colocássemos um prazo para que a questão fosse resolvida?
429 Demandaria uma consulta na internet.” Gesiane Lima e Silva, da Supram
430 Leste Mineiro: “Realmente, o prazo de validade são três meses. Em
431 decorrência da análise do processo, poderia colocar uma condicionante para
432 o empreendimento apresentar um novo cadastro. Realmente, pode ter
433 expirado e não estar constando agora no site.” Conselheiro Leonardo Castro
434 Maia: “Outra questão que eu notei, na verdade, é uma dúvida, justamente
435 com relação à questão da qualidade do ar. Eu vi que no plano de
436 monitoramento das emissões atmosféricas foi solicitado o parâmetro
437 ‘material particulado’. Só que consultando a tabela da DN 187/2013 eu notei
438 que lá havia menção também, além do material particulado, que fossem
439 monitorados padrões de monóxido de carbono. Aí eu perguntaria também se
440 seria o caso de acrescentar esse monitoramento para esses gases também.”
441 Alicielle Souza Aguiar, da Supram Leste Mineiro: “Na análise do processo
442 nós não vimos essa necessidade, mas, se este Conselho achar que deve,
443 nós também concordamos.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “O CO é o
444 monóxido de carbono, e o NOX seria, óxido de nitrogênio? O óxido de
445 nitrogênio é tóxico? Esse empreendimento, essa atividade pode produzir
446 esse gás?” Alicielle Souza Aguiar, da Supram Leste Mineiro: “Foram
447 apresentadas análises, nós vimos que as concentrações estavam baixas e
448 não verificamos a necessidade. Mas como medida de prevenção nós
449 podemos solicitar que aumente esses parâmetros.” Conselheiro Leonardo
450 Castro Maia: “Finalmente, pegando o gancho da nossa votação, eu notei que
451 nesse caso não houve a apresentação nem foi condicionado ao AVCB, o
452 Auto de Vistoria do Corpo de Bombeiros. Eu estou consultando para saber
453 se procede.” Representante da Supram Leste Mineiro: “O empreendedor já
454 tem o projeto aprovado, e a gestora falou que ele possui também o AVCB.”
455 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Então a proposta do Ministério Público
456 seria de acréscimo de duas condicionantes. Uma para comprovação de
457 regularidade do CTF. Aí eu perguntaria à equipe qual o prazo para isso.”
458 Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: “Nós estamos verificando no
459 processo, e tem o documento de inscrição do empreendedor no CTF.”
460 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Está válido? Porque a minha consulta
461 foi feita dentro desses dez dias. No momento em que foi pautado, eu passei
462 a consultar. Não sei dizer exatamente o dia em que eu consultei no site. Eu
463 também perguntaria à equipe qual é a relevância, mas, como isso está no
464 parecer, eu consultei e verifiquei que não tem, eu resolvi trazer a questão
465 para que houvesse uma deliberação. Se isso é relevante, eu acho que é
466 oportunidade de pedir. E eu perguntaria até que prazo, um prazo razoável
467 para juntar o CTF. Seria 40 dias? Perfeito. Então 45 dias. Proposta:

468 'Apresentar comprovante de regularização do CTF no prazo de 45 dias'. E a
469 segunda questão seria: 'Incluir no plano de monitoramento os parâmetros de
470 NOX e monóxido de carbono, no prazo previsto na própria condicionante que
471 tem material particulado'. Alterar essa condicionante." Juliana Ferreira Maia,
472 da Supram Leste Mineiro: "Na verdade, é o gás natural que é utilizado, então
473 não há geração desse efluente atmosférico." Conselheiro Leonardo Castro
474 Maia: "É isso que eu perguntei, se haveria ou não. Se não há, não há
475 necessidade." Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: "Não, não
476 há." Conselheiro Leonardo Castro Maia: "De nenhum dos dois gases?
477 Juliana Ferreira Maia, da Supram Leste Mineiro: "De nenhum." Conselheiro
478 Leonardo Castro Maia: "O monóxido, sim, não é? O monóxido de carbono,
479 sim. Eu acho que talvez não o óxido de nitrogênio." Presidente Alberto Félix
480 lasbik: "Eu queria pedir ao empreendedor, ao consultor, para fazer um relato
481 do empreendimento para nós, e ao mesmo tempo dos tipos de efluentes
482 líquidos ou gasosos ou outro tipo de efluente que tenha. Fazer uma
483 explanação aqui para todo o Colegiado, para termos uma ideia e podermos
484 tirar as dúvidas, e ficar mais claro para o bom andamento dos trabalhos."
485 Norton Ferreira Alves, gerente da Cipalam: "Quanto ao efluente líquido que
486 foi citado, a água realmente é contida por uma bacia, onde é decantada,
487 retirada a carepa e é comercializada. Não há efluente líquido industrial, não
488 tem essa geração. Quanto à medição dos efluentes atmosféricos, o gás
489 natural é o combustível mais limpo que tem, não gera esse monóxido de
490 carbono, então não tem sentido, na nossa opinião, essa necessidade."
491 Conselheiro José Angelo Paganini: "Essa água, quando volta para o
492 processo, não passa por um processo de filtragem?" Norton Ferreira Alves,
493 gerente da Cipalam: "Essa água fica constantemente circulando, e a função
494 dela... Fuligem de aço, volta para dentro do poço, e lá tem três repartições,
495 onde é tirada, e a água volta limpa; e só fica recirculando. Não há saída
496 dessa água fora do sistema." Conselheiro José Angelo Paganini: "No sistema
497 desse que eu conheço, depois de passar por esse tanque de decantação,
498 essa água passa por um sistema de filtragem. Eu estou perguntando se
499 existe esse processo de filtragem ou não, se ela vai direto, sem filtrar."
500 Norton Ferreira Alves, gerente da Cipalam: "Eu não sei qual é a experiência
501 que o senhor está se referindo. A Laminação Paraíso é bem mais moderna,
502 e, se tiver a oportunidade de visitá-la, vai ver que essa água é uma das
503 coisas muito bem cuidadas. Ela fica dentro de um tanque muito grande, fica
504 bem lá embaixo, e tem uma segurança perfeita. Ela volta por gravidade, não
505 tem nenhuma chance de contaminar o solo; ela sempre fica ali. E não tem
506 geração de outros resíduos, a não ser a carepa, que gera na laminação.
507 Toda vez em que você passa o metal na laminação, gera. Isso aí é uma
508 coisa. No caso lá, é muito bem controlado, e não tem essa geração."
509 Conselheiro Leonardo Castro Maia: "Esclarecido. A minha dúvida é porque
510 na norma constavam material particulado NOX e CO; o óxido e o monóxido.

511 Então daí que surgiu esse questionamento. Então, senhor presidente, seria
512 apenas a condicionante para comprovar o CTF no prazo de 45 dias; a
513 regularidade.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Eu vou só aproveitar a
514 oportunidade e passar a palavra para a Maria Helena. Nós tivemos uma
515 reunião, na última quarta-feira, em Ubá, e esse assunto também foi discutido
516 lá. Eu vou passar a palavra a ela só para ela explicar o que acontece quando
517 não se consegue fazer dentro do processo.” Superintendente Maria Helena
518 Batista Murta: “Em Ubá, na maioria das vezes, nós temos problema com a
519 concessão do AVCB, coisa que não é praxe aqui nesta URC. Então aqui é
520 uma questão muito tranquila, bem definida, muito clara, o que não acontece
521 na Zona da Mata. Há empreendimentos que muitas vezes nós percebemos
522 que têm necessidade de um AVCB, e as pessoas insistem que AVCB é só
523 para postos de gasolina. Depois que vem um incêndio, aí vem a consciência
524 das pessoas. Então esta URC, graças a Deus, é muito tranquila quanto à
525 exigência do AVCB. E se Deus quiser a Zona da Mata vai ser também.”
526 Presidente Alberto Félix Iasbik: “Então nós vamos dar continuidade. Eu vou
527 colocar em votação o processo 8.3. Quem concorda com o deferimento
528 deste processo permanece como está. Aprovado. E tem a condicionante
529 proposta também. Vamos votar a proposta aqui. Quem concorda com a
530 sugestão, para deferimento, da condicionante neste processo permanece
531 como está. Também aprovada.” **8.4) Posto Longana Ltda. Postos**
532 **revendedores, postos ou pontos de abastecimento, instalações de**
533 **sistemas retalhistas, postos flutuantes de combustíveis e postos**
534 **revendedores de combustíveis de aviação. João Monlevade/MG. PA**
535 **03331/2001/004/2013. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro.**
536 Renilson Paula Batista, da Supram Leste Mineiro: “O destaque é apenas
537 acrescentar um parâmetro do Anexo II, que é o programa de
538 automonitoramento, no item 1, efluentes líquidos, no primeiro local de
539 amostragem, entrada e saída da caixa separadora de água e óleo: adicionar
540 aos parâmetros já existentes o parâmetro DQO.” Conselheiro Leonardo
541 Castro Maia: “No parecer, eu vi que houve contaminação da água
542 subterrânea constatada pelo empreendedor. Eu queria saber sobre essa
543 situação. O que deveria ou que deve ser feito pelo empreendedor ou
544 deliberado aqui pelo Conselho acerca dessa questão. Ele não esclareceu,
545 pelo menos para mim não ficou claro, o motivo de ausência de remediação.
546 Constou e ficou em aberto, que ia fazer uma remediação, e não constou que
547 ela tenha sido realizada. Essa constatação foi realizada desde 2005 e até
548 nas análises de 2014. Então essa aí seria a nossa dúvida com relação a
549 esse empreendimento.” Renilson Paula Batista, da Supram Leste Mineiro:
550 “Apesar de o empreendedor já ter notado essas contaminações em uma data
551 já que faz tempo, o processo é uma LOC que entrou no órgão em 2013. E
552 durante a análise nós fomos seguindo os parâmetros que a DN 108 define
553 justamente para esses casos. Então foi feita a avaliação ambiental

554 preliminar, depois foi feito o monitoramento, em que foi constatado que ainda
555 possui essas contaminações para alguns produtos químicos. A remediação é
556 o passo próximo, após constatado isso, e foi condicionada. É a condicionante
557 nº 4. Eu posso reler aqui? ‘Realizar o processo de remediação de água
558 subterrânea conforme apresentado.’ Se for pegar os autos, o projeto já foi
559 apresentado. Inclusive, nós pedimos relatórios anuais da execução. Durante
560 toda a vigência da licença ele vai ter que fazer isso, sendo que terá que
561 produzir, inclusive, relatórios trimestrais internos lá do posto mesmo. Ele vai
562 nos apresentar anualmente como vai ser o andamento dessa remediação.”
563 Presidente Alberto Félix Iasbik: “Mais alguma dúvida, algum esclarecimento?
564 Podemos colocar em votação? Então quem concorda com o deferimento
565 deste processo permaneça como está. Processo deferido. E tem a alteração
566 da condicionante. Quem concorda permanece como está. Também
567 aprovada.” **8.5) Laticínios Mutumilk Ltda. Preparação de leite e**
568 **fabricação de produtos de laticínios. Mutum/MG. PA**
569 **1593/2006/003/2013. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro.**
570 Processo retirado de pauta com pedido de vista do conselheiro Guilherme de
571 Assis Gonçalves. **9) PROCESSOS ADMINISTRATIVOS PARA EXAME DE**
572 **REVALIDAÇÃO DE LICENÇA DE OPERAÇÃO. 9.1) Celulose Nipo-**
573 **Brasileira S/A. (Cenibra). Fabricação de celulose branqueada de**
574 **eucalipto. Belo Oriente/MG. PA 003/1977/042/2013. Classe 6.**
575 **Apresentação: Supram Leste Mineiro. Conselheiro Marcelo Axer Alves de**
576 **Rezende**: “Eu vou pedir abstenção, por ser parte interessada.” Conselheiro
577 Leonardo Castro Maia: “Aqui a primeira questão é que o estudo técnico, no
578 caso o Rada, também não estava disponível no sistema. Eu pediria também
579 que fosse determinado que essa informação seja disponibilizada. Parte das
580 dúvidas até tem alguma relação com isso. Verifiquei que o CTF também não
581 estava válido. Pode ser pela mesma razão, do prazo de validade. Eu fico
582 com algumas dúvidas aqui, e a primeira delas é a questão do prazo de
583 acréscimo na validade da licença. Estão acrescidos dois anos, só que aí eu
584 recordaria que este Colegiado já firmou o entendimento em duas
585 oportunidades, pelo menos de que eu me lembro de memória, e a Câmara
586 Normativa e Recursal do COPAM também, de que, se houver autuação,
587 ainda que não tenha sido condenado, não tem o acréscimo. Se tiver
588 autuação e trânsito em julgado, é diminuído. Se não tiver autuação nenhuma,
589 eu sou premiado com o acréscimo de prazo. Se tem autuação que não
590 transitou em julgado, quer dizer, cabe recurso, eu não tenho o prêmio,
591 embora também não receba castigo; vou permanecer normal. Eu me lembro
592 até da ocasião em que nós deliberamos dessa forma. Foram decisões, salvo
593 engano, unânimes, e não reduzimos, mantivemos o prazo normal. Porque
594 nós até concluímos aqui que, do contrário, nós nunca teríamos o prazo
595 regular da licença, ele sempre seria acrescido ou diminuído e de nada valeria
596 o prazo normal. E tem que haver alguma possibilidade de aplicação do prazo

597 normal da licença, ou seja, sem castigo, sem punição e sem prêmio. Então
598 essa é uma questão que me chamou a atenção. Outra questão: nos
599 resultados do automonitoramento eu não vi o resultado para esse óxido de
600 nitrogênio. Então eu perguntaria também se seria o caso, se deve fazer parte
601 do monitoramento. E esses compostos são citados no pedido de
602 automonitoramento, mas no resultado em si não constou a informação, na
603 menção do parecer. E outra questão foi a questão da compensação também.
604 Parece que tem uma discussão acerca da compensação, e eu queria saber a
605 posição. Se não compensar, eu tenho que compensar na fase em que eu
606 estiver, e parece que o empreendedor sustenta que ele não precisa
607 compensar. Eu fiquei com essa informação na cabeça, e, como eu não tive
608 acesso a mais documentos pelo Siam, eu gostaria de receber algumas
609 informações acerca disso. Essas seriam as primeiras questões.” Nívio Dutra,
610 da Supram Leste Mineiro: “Talvez a parte mais importante é que nós vamos
611 definir. Houve uma mudança na legislação referente a emissão atmosférica.
612 Eram 600 mg/m³ e agora essa deliberação do COPAM 187/2013
613 estabeleceu o seguinte: o mais próximo de 200. Não é 200; 200 é uma meta.
614 Então nós vamos definir quanto, 400, 300? Nós vamos ter que discutir esse
615 número. Há uma sugestão de 300, mas isso vai ser discutido. A Cenibra vai
616 ter que explicar, por exemplo, se esse número é viável, se é possível,
617 tecnicamente, chegar a esse ponto. Esse é o mais importante, e o senhor
618 tinha esquecido de comentar. Mas então vamos voltar ao início.”
619 Representante da Supram Leste Mineiro: “Nós seguimos aquilo que está na
620 Deliberação 17 do COPAM, que fala que os empreendedores que estiverem
621 em processo com auto de infração transitado em julgado, somados os
622 pontos, de acordo com as penalidades consideradas leve, grave ou
623 gravíssima, terão reduzido em dois anos o prazo de validade subsequente,
624 limitando o período mínimo a quatro anos. E aqueles que não tiverem
625 processo com trânsito em julgado no período da concessão anterior, até a
626 formalização da licença atual, terão o acréscimo de dois anos no prazo da
627 validade dessa licença. Então nós pelo menos seguimos o trânsito em
628 julgado. E no caso aqui foi verificado o trânsito em julgado no processo, e foi
629 considerada infração leve. Somam dois pontos, e dois pontos não são
630 suficientes pela norma a diminuir nem manter o prazo de validade. Então nós
631 entendemos que faz o uso do acréscimo de dois anos no prazo de validade
632 da licença.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Então quer dizer que
633 mesmo se esse auto de infração tivesse trânsito em julgado ainda assim não
634 ensejaria a redução. Eu pergunto assim: a interpretação é de que o que é
635 importante é o trânsito em julgado ou a pontuação da infração?”
636 Representante da Supram Leste Mineiro: “É o trânsito em julgado somado à
637 pontuação.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Até então a Cenibra tem
638 monitorado essa parte de emissão atmosférica pela Deliberação Normativa
639 011/86, que exigia pouca coisa. Por exemplo, essa tabela faz um

640 comparativo. O que era da 011/86 hoje é da 187/2013. Em 2011 saiu uma
641 resolução do Conama, a 486/2011, e a 187/2013, do COPAM, é quase uma
642 reprodução da Conama 2011. Se olharmos vamos ver que a 011/86
643 estabelecia só material particulado para alguns equipamentos, óxido de
644 enxofre para alguns, e não exigia óxido de nitrogênio (NOX) nem enxofre
645 total reduzido. E agora tem. A 187 bateu pesado. Essa folga que havia na
646 011/86, quando voltou a 187, ela voltou com força. Nós vamos olhar que
647 certos critérios ficaram bem mais exigentes. Por exemplo, o principal dessa
648 reunião de hoje: caldeira, material particulado era 600 e baixou para 200. E
649 200 é uma meta. Nós vamos discutir aqui para a Cenibra se vai ser 300, 400,
650 500. Nós vamos definir um valor. Nós não vamos definir esse valor hoje,
651 porque nós vamos ter que discutir isso e esse problema não é fácil de
652 decidir. Nós estamos sugerindo 300, mas nós vamos negociar a três aqui: a
653 Cenibra, a Supram e o COPAM, para definir qual valor vai aplicar. Nós temos
654 essa autonomia para decidir isso. Nós vamos, na verdade, começar uma
655 discussão hoje. SOX, óxido de enxofre, era 1.000 mg/Nm³ e caiu para 100.
656 Então vocês veem que há reduções bem significativas aí. Por que não havia
657 medição de NOX? Porque a 011/86 não exigia. Agora exige, então por isso
658 vai ser feito a partir de agora. Não era feito porque a legislação que existia
659 não exigia, e agora, sim, agora essa legislação é bem rígida. Então vai ter
660 que ser feito.” Emerson de Souza Perini, da Supram Leste Mineiro: “Foi
661 condicionada a compensação ambiental. Há alguma dúvida em relação?”
662 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “A minha dúvida seria para a empresa.
663 Eu gostaria de ouvir do empreendedor a posição acerca da redução para
664 300, o que ele diria a propósito disso, e acerca também da questão da
665 compensação.” Conselheiro Marcelo Axer Alves de Rezende: “Do ponto de
666 vista da compensação, a empresa fez um levantamento, consultou um jurista
667 a respeito do assunto, para interpretar a regra, inclusive, do decreto da
668 compensação ambiental. E a decisão, na verdade, que foi colocada pelo
669 jurista consultado é de que não caberia o pagamento da compensação nesse
670 momento de revalidação. A empresa apresentou isso no Parecer Único, nas
671 informações complementares, mas de forma alguma nós colocamos alguma
672 posição na questão da condicionante da compensação. Nós temos o
673 entendimento de que não é cabível, mas de alguma forma a empresa anuiu a
674 condicionante de compensação.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Nós
675 estamos tratando da compensação ambiental, não é isso? Essa
676 compensação não é analisada ao nível da Diretoria de Áreas Protegidas do
677 IEF, e vai para a CPB? Não é nesse sentido?” Emerson de Souza Perini, da
678 Supram Leste Mineiro: “Sim, é nesse sentido. Nós condicionamos para ser
679 apresentada a proposta lá. E lá é onde será definido o valor correto.”
680 Presidente Alberto Félix Iasbik: “Então eu acho que nós devemos fazer o
681 trâmite.” Emerson de Souza Perini, da Supram Leste Mineiro: “A
682 condicionante é justamente nesse sentido.” Presidente Alberto Félix Iasbik:

683 “Mas eu não entendi. Vamos solucionar essa dúvida.” Conselheiro Leonardo
684 Castro Maia: “Digamos que o detalhamento será no outro órgão, mas a
685 condicionante vem aqui no licenciamento. Então na verdade nós
686 determinaremos se há compensação ou não. A empresa está informando
687 que está de acordo em fazer a compensação. Uma das minhas obrigações
688 ao olhar esses pareceres é verificar se as compensações estão sendo
689 exigidas. Se está sendo exigida, como eu vi que está, e se a empresa,
690 embora tendo consultado um parecerista, concorda com a compensação,
691 não vejo problema nenhum. Nesses termos eu estou de acordo, não há
692 problema algum.” Sandro Morais, gerente de Meio Ambiente da Cenibra: “Na
693 verdade, nós gostaríamos de colocar a seguinte posição: quando o Marcelo
694 fala que anuiu, foi que nós não tivemos condições adicionais de
695 argumentação. Então nós apresentamos um parecer caracterizando que não
696 entendíamos que deveríamos pagar pela compensação ambiental, mas o
697 órgão ambiental estabeleceu que teríamos que pagar. Então tivemos que
698 concordar, para dar continuidade ao processo. Foi nesse sentido a fala do
699 Marcelo.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Essa questão é de suma
700 importância. O decreto tem o Artigo 5º, §1º, que diz o seguinte: ‘Se a
701 compensação para os empreendimentos considerados de significativo
702 impacto não tiver sido definida na Licença Prévia, será estabelecida na fase
703 de licenciamento em que se encontrar’. E aí somando a esse dispositivo eu
704 diria que, segundo a nossa jurisprudência, não há direito adquirido nessa
705 matéria ambiental, até porque a própria existência do licenciamento
706 ambiental é prova disso, tanto que ele tem que ser revalidado de tempos em
707 tempos. Diferente de uma licença, às vezes, para um loteamento; obtém e
708 acabou, a cidade não fica pedindo revalidação de licença. Mas para essa
709 licença aqui nós temos uma revalidação permanente, um dispositivo que
710 focaliza essa hipótese. Se não foi exigido no momento anterior, deverá ser
711 exigido quando possível, onde estiver a fase do licenciamento. Eu não
712 conheço o teor do parecer, mas existem vários argumentos para ser exigida
713 e aplicada a condicionante de ser feita a compensação. Esse para mim é o
714 ponto mais importante nas minhas dúvidas, sobre compostos químicos etc.
715 Mas agora eu fico bem mais tranquilo em deliberar conforme o parecer. Eu
716 acho que encerrei as minhas dúvidas aqui, fui muito bem esclarecido pela
717 equipe da Supram. Obrigado.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro:
718 “Voltamos um pouquinho a essas condicionantes, porque o assunto principal
719 dessas condicionantes nós vamos tratar agora. São as condicionantes 4, 5, 6
720 e 7. A Deliberação COPAM 011/86 estabelecia que o limite máximo de
721 emissão de material particulado em caldeira biomassa seria de 600 mg/Nm³.
722 A Deliberação COPAM 187/2013 reduziu esse número de 600 para 200.
723 Agora, como eu falei, o mais próximo possível de 200. Baixar de 600 para o
724 valor mais próximo. Que valor é esse? Nós vamos escolher a três. A Cenibra
725 informa o que é tecnicamente viável, nós sugerimos um número, e o COPAM

726 aprova. Então nós vamos iniciar uma discussão agora a respeito disso.
727 Então a número 4 diz assim: 'Apresentar relatório técnico de modificação
728 tecnicamente viável a ser realizada nas caldeiras de biomassa de modo a
729 reduzir o valor', que hoje é 600, para o mais próximo possível de 200. E
730 depois 'apresentar proposta para definição desse novo limite', que vai ser
731 aprovado aqui pelo COPAM. E depois a 6: 'Apresentar o cronograma de
732 execução dessas modificações necessárias' e 'até 26/12/2016 essa
733 modificação tem que estar pronta'. Então nós temos um ano e meio para
734 definir que número que nós vamos estabelecer, e a Cenibra tem até
735 dezembro de 2016 para colocar isso em execução. Agora vamos falar um
736 pouquinho o que significa reduzir de 600 para 200. São 24 anos. Temos um
737 levantamento do Rada, no período de 2009 a 2013, que mostra os valores de
738 emissão. Por exemplo, está vigendo menor que 600 para caldeira biomassa.
739 A média da Cenibra está em 400 hoje. Se baixássemos esse número para
740 400, praticamente a Cenibra atingiria isso. Nós sugerimos na Supram, e a
741 Cenibra vai dizer se é possível atingir esse valor. Quando falamos em
742 material particulado, a legislação fala em miligrama por Normal metro cúbico.
743 Isso é o que está saindo da chaminé. Só que não podemos confiar nesse
744 número, é um indicativo só, mas não representa muita coisa. O mais
745 importante do que isso é aquele número da soma, a quantidade que está
746 jogando na atmosfera. Por exemplo, a Cenibra hoje joga na atmosfera por
747 dia 6 toneladas de material particulado, 20 toneladas de dióxido de enxofre,
748 170 quilos de enxofre total reduzido. O que impacta, o que machuca, o que
749 incomoda não são os 600 mg/Nm³, mas as 6 toneladas por dia. E isso que
750 nós temos que olhar. E a legislação não fala em quilos por dia; fala em
751 miligrama. Mas o que incomoda é o quilo por dia. Então temos que ter o bom
752 senso de calibrar isso. Por exemplo, no Vale do Aço tem uma siderúrgica
753 cujo padrão de emissão é 100 mg/Nm³. Mas quando somamos quantas
754 chaminés ele tem e multiplicamos por vazão de gás que ele lança, são 20
755 toneladas por dia. Quer dizer, 100 está muito bonito, mas eles estão jogando
756 20 toneladas/dia. Agora, imagina por exemplo uma cerâmica que fabrica
757 tijolo ou telha. Se for medir na chaminé, estão jogando 1.000 mg/Nm³, dez
758 vezes mais que a siderúrgica. Mas, quando se mede a quantidade de gás
759 que estão jogando, vai dar uns 200 kg por dia. Então quem polui mais?
760 Quem está jogando uma quantidade maior. Por exemplo, a siderúrgica que
761 joga 20 toneladas de material particulado por dia, se não tiver uma chaminé
762 bem longa, bem alta para fazer uma boa dispersão disso, no dia em que der
763 uma inversão térmica, no dia em que houver, por exemplo, um dia de
764 calmaria, sem vento, essas 20 toneladas vão subir e cair na cabeça e nos
765 olhos do pessoal da cidade ali. E aí vai ficar 'todo mundo chorando sem estar
766 triste'. Aí a siderúrgica fala, 'nós estamos bonitinhos na fita aqui, 100
767 mg/Nm³, nós estamos dentro da lei'. Mas o problema não são os 100 mg,
768 mas as 20 toneladas/dia. Agora, no caso da Cenibra, a Cenibra joga hoje 6

769 toneladas por dia de pó na atmosfera. As caldeiras biomassa jogam mais ou
770 menos 1.500 cada uma. Então a quantidade jogada de pó da biomassa é 3
771 toneladas/dia, no limite de 600. Hoje a Cenibra está jogando, a concentração
772 na chaminé é 400. Se estabelecermos que o limite é 200, e a Cenibra fizer
773 toda a modificação para manter os 200, o que vai acontecer? Vai reduzir à
774 metade do que está jogando hoje. Com isso, o limite de 600 mg... São
775 jogadas 6 toneladas. Se reduzirmos o limite para 200, vai reduzir para 2?
776 Não, vai reduzir para 4,5 toneladas/dia só. Então, mesmo que a gente reduza
777 a concentração para 1/3, de 600 para 200, a quantidade lançada, que é o
778 que importa, vai cair de 6 para 4,5. Então, quer dizer, vai se fazer uma
779 modificação, que deve custar caro, e o resultado é muito pequeno. Quer
780 dizer, nós temos que avaliar isso, se vale a pena, porque os quilos por dia
781 não vão mudar muita coisa. Então nós sugerimos 300, agora a quantidade
782 lançada vai reduzindo pouco. A Cenibra tem que dizer o seguinte: ‘Olha, vale
783 a pena gastar alguns milhões de reais para reduzir uma tonelada por dia só?’
784 É muito dinheiro gasto talvez para pouca coisa. Então fica lançada aqui a
785 ideia: de 600, nós sugerimos 300. A Cenibra então vai fazer uma
786 contraproposta quanto a isso, se é viável isso, e nós batemos o martelo aqui
787 de qual vai ser o valor, se vai ser 400, 300 ou 200.” Conselheiro Leonardo
788 Castro Maia: “Eu fico com uma dúvida. Segundo eu entendi, a meta é 200, e
789 a empresa vai apresentar uma proposta, um estudo. Vai fazer um estudo
790 técnico, e subentendido que está a proposta da Supram de 300.” Nívio Dutra,
791 da Supram Leste Mineiro: “Sugestão. A nossa equipe sugeriu 300.”
792 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Para análise da Supram, 300 é uma
793 coisa.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Para início de conversa.”
794 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Eu não sei o efeito de cada tonelada
795 dessa na saúde. Passar de 6 para 4,5, sem dúvida, é um grande avanço.
796 Embora possa não resolver o problema, significa um grande avanço.” Nívio
797 Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Quem sabe possamos fazer isso também:
798 estabelecemos 400 agora, e daqui a seis anos, na renovação, cai para 200.
799 Está em aberto também, nós podemos fazer isso. Agora, é a Cenibra que
800 tem que dizer: ‘Gente, para reduzir para 300, nós vamos ter que gastar R\$
801 50 milhões’. Será que vale a pena gastar R\$ 50 milhões para reduzir apenas
802 1 tonelada? Então nós vamos ter que colocar na balança o quanto vai custar
803 isso e se vai ser interessante. Nós vamos usar o bom senso aqui para ver
804 até quanto podemos chegar, sem exigir um gasto muito alto com um
805 resultado pequeno. A Cenibra teria mais alguma sugestão sobre isso?”
806 Sandro Moraes, gerente de Meio Ambiente da Cenibra: “Primeiramente, eu
807 gostaria de comentar o seguinte: a alteração da lei estabeleceu que esse
808 limite é uma meta e que, para as caldeiras, especificamente, da Cenibra, os
809 valores devem negociados entre o órgão ambiental e a empresa. Então é por
810 isso que ficou a sugestão, pelo órgão ambiental, desse formato de
811 condicionante. Por que isso? Nós temos que avaliar as condições técnicas

812 de viabilização de qualquer alteração da estrutura dos equipamentos
813 existentes. Fisicamente, nós não temos espaço para colocar estruturas de
814 precipitadores eletrostáticos que garantam níveis próximos a 200. Então
815 demanda um estudo técnico para verificação das alternativas que existem,
816 avaliação de estudos que demandam tempo, para conseguirmos demonstrar
817 ao órgão ambiental qual é o valor possível. E não simplesmente definir 300,
818 400, porque, eventualmente, até os 400, talvez seja satisfatório, porque nós
819 estamos já próximos de atingir esse valor, mas 300, tecnicamente, não é
820 viável. Então eu pediria ao Conselho que entendesse isso. Estabelecer 300
821 ou 400 ou 200 neste momento não garante que nós vamos conseguir,
822 tecnicamente, viabilizar esse valor. Então a condicionante ali sugere:
823 apresentar o estudo até onde nós conseguimos atingir, para aí, sim, validar
824 esse valor. Então é nesse sentido que nós gostaríamos da ponderação do
825 Conselho.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Senhor presidente, eu
826 gostaria de pedir vista desses autos para analisar essas questões com mais
827 cuidado.” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Se o senhor quiser que a
828 gente converse também, será um prazer.” Conselheiro Leonardo Castro
829 Maia: Sem dúvida, e com a Cenibra também.” Wesley Maia Cardoso, da
830 Supram Leste Mineiro: “Só para reforçar o entendimento que o Nívio está
831 explicitando, as condicionantes 4 e 5 são justamente para que o
832 empreendedor apresente uma proposta tecnicamente viável pelo preceito da
833 DN 187, até que se possa estabelecer um novo valor de redução em função
834 da capacidade da empresa em arcar também com os custos e com a
835 tecnologia de mercado que nós esperamos que seja tecnicamente viável.
836 Então a proposta dos 300 é para que se chegue até lá.” Presidente Alberto
837 Félix Iasbik: “Mais algum esclarecimento, alguma dúvida?” Conselheira
838 Denise Bernardes Couto: “Eu também vou requerer vista, vou analisar
839 também essa questão, prontamente, como disse o doutor Leonardo.”
840 Conselheiro Wilson Starling Júnior: “Se eu bem entendi, essa condicionante
841 já foi colocada pela Supram exatamente para se ter uma média. Então,
842 doutor Leonardo, eu não estou vendo razão, neste momento, de se fixar um
843 valor. Se já tem no próprio parecer técnico da Supram uma condicionante
844 dizendo que vão se envidar esforços no sentido de apresentar proposta para
845 poder chegar a um entendimento. Então eu não estou vendo necessidade
846 disso, porque nós já estamos decidindo que tem essa condicionante no
847 processo. Então não estou vendo dúvidas de se fixar 300, 200, 400 ou 600.
848 Não existe essa dúvida, porque primeiro vai ter que fazer estudo de
849 viabilidade técnica, econômica, e até, como o representante do
850 empreendedor colocou, a questão de espaço físico. Então eu acho que está
851 contemplada a dúvida que se tem sobre isso e não vejo necessidade de
852 atrasar o processo por um período de 30 dias, até a próxima reunião, para
853 que se possa definir. Porque, na verdade, daqui a 30 dias, não vai ser
854 suficiente para apresentação de todos esses estudos. Então eu vejo nesse

855 sentido. Se já está contemplada com uma condicionante dizendo que vai
856 apresentar estudos e aí por diante, o próprio órgão técnico tem liberdade, em
857 cima da legislação, de propor, porque a própria legislação já fala na
858 possibilidade de uma composição, de um acordo, na busca da viabilidade.
859 Diante disso, eu quero ponderar sobre a questão da vista, uma vez que nós
860 estaremos acompanhando, o corpo técnico da Supram estará
861 acompanhando. E nós, a única coisa que poderíamos pedir é que também
862 nos fosse comunicado em que parâmetros a Supram está em entendimento
863 com a Cenibra. Eu acho que poderia acrescentar isso, doutor Leonardo.
864 Foram quase seis meses que não tivemos reunião, então eu acho que seria
865 de bom alvitre que nós fizéssemos dessa forma. Então eu solicito a sua
866 compreensão, porque não vai alterar nada. Esse problema de o Conselho
867 definir o valor, o índice, se é 300, 400 ou 500, para nós, sem um parecer por
868 escrito da Supram, vai ficar difícil de fazer isso. Essa é a questão que eu
869 estou levantando.” Sandro Morais, gerente de Meio Ambiente da Cenibra:
870 “Confirmando o que ele está dizendo, o prazo de 30 dias, Leonardo, não vai
871 alterar as informações que nós estamos passando neste momento. O prazo
872 de apresentação do estudo técnico foi solicitado até o final do ano,
873 justamente porque demanda... As regras da empresa são colocar licitação no
874 mercado, fazer contratação, elaborar o estudo etc. Então em 30 dias eu não
875 consigo alterar nenhuma informação ou adicionar nenhuma informação além
876 do que já foi passado. Então obrigado pela compreensão.” Conselheiro
877 Leonardo Castro Maia: “Senhor presidente, senhores, eu mantenho o pedido
878 de vista. Não é que eu queira em 30 dias resolver o problema do volume de
879 gás. Eu compreendi perfeitamente isso. Na verdade, as informações que eu
880 quero pegar são as dos autos do procedimento. Eu acho que esse prazo vai
881 ser suficiente para que pelo menos tenhamos a formação de uma convicção
882 mais clara, mais tranquila, para o nosso próximo encontro.” Nívio Dutra, da
883 Supram Leste Mineiro: “Doutor Leonardo, voltando a repetir, o senhor
884 convida, e vamos fazer uma reunião, vamos sentar, porque isso é
885 interessante. Nós temos muito ainda o que conversar sobre esse assunto.
886 Nós estamos à disposição.” Conselheiro José Angelo Paganini: “Uma
887 pergunta: já que sabemos que, por carga, se controla melhor os poluentes,
888 por que a legislação insiste em estabelecer parâmetros em concentração?
889 Por que já não mudou para fazer o controle pela carga de poluente ao invés
890 de concentração de poluentes?” Nívio Dutra, da Supram Leste Mineiro:
891 “Quando se fala em emissão atmosférica, o certo é fazer duas coisas: mede
892 na chaminé o tanto de miligrama por normal metro cúbico, lembrando que é
893 muito difícil fazer isso. A chaminé tem que ser construída especificamente
894 para isso. Em uma indústria pequena, por exemplo, chega alguém e fala
895 ‘vamos fazer medição de particulado. Não tem jeito. Para medir particulado
896 em chaminé, a chaminé tem que ser construída especialmente para fazer
897 medição. Depois, de tempos em tempos, o analista vai lá e introduz a sonda

898 para fazer medição. Não se consegue fazer medição de material particulado
899 em qualquer chaminé. Então onde é possível fazer, faça. E quando não pode
900 fazer? Então o que nós fazemos? Nós medimos a qualidade do ar. É um
901 aparelho simples, um exaustor. Pega um papel-filtro, branquinho, coloca lá, e
902 liga o exaustor. Deixa 24 horas ligado, depois retira. Ele está cinza claro,
903 cinza escuro ou preto. A variação é a qualidade do ar. É assim que nós
904 medimos. A legislação fala em 600 mg/Nm³, e ao mesmo tempo mede a
905 qualidade do ar em volta. É assim que deve ser feito.” Conselheiro José
906 Angelo Paganini: “O que eu estou perguntando não é bem isso não, o que
907 estou perguntando é porque nós sabemos que a melhor forma de controlar o
908 poluente é saber a carga de poluição. Por que a legislação insiste em
909 trabalhar com concentração e não com carga? Essa é a pergunta.” Nívio
910 Dutra, da Supram Leste Mineiro: “Fica para os legisladores responderem, é
911 uma falha na legislação. Se bem que o doutor Leonardo não gosta que
912 falemos isso, temos que ter cuidado em falar em falha na legislação na frente
913 do Ministério Público, porque eles não gostam de ouvir isso.” Conselheiro
914 Leonardo Castro Maia: “Na verdade, eu não sou legislador, e, infelizmente,
915 são muitas as falhas na legislação. Pelo contrário, eu não tenho nenhuma
916 resistência à utilização desse termo, eu vivencio ela todo dia. É o que eu falo:
917 quando você tem uma ponte, os engenheiros constroem a ponte, todos os
918 engenheiros querem que a ponte fique em pé. No direito é diferente. A lei é a
919 ponte, e todo mundo quer derrubar a ponte. Os profissionais do direito, os
920 operadores, cada um deles quer derrubar, desde que derrube só na
921 passagem dos outros, e não na do cliente dele. Ela tem que servir só para o
922 cliente dele e não servir para mais ninguém. Então as leis, apesar de todos
923 os seus problemas, são colocadas à prova com todo o rigor. Só sobrevivem
924 as que realmente... Há um estudo da Fundação Getúlio Vargas acerca do
925 Supremo Tribunal Federal: o tanto de normas que são declaradas
926 inconstitucionais. Há um grande número de normas que são
927 inconstitucionais, e ainda assim nós temos todas essas leis, todo esse
928 arcabouço jurídico.” Conselheiro Wilson Starling Júnior: “Da mesma forma
929 que os operadores do direito, vamos dizer assim, tem que se englobar
930 também o Ministério Público, que às vezes insiste ainda em manter alguma
931 legislação. A coisa que hoje traz mais dúvida para as pessoas realmente é
932 exatamente a insegurança jurídica que temos vivido e vivenciado. Porque
933 hoje pode e amanhã não pode, e por aí afora vai. Então nós temos que
934 realmente ter uma cautela excepcional nesses casos.” Conselheiro Leonardo
935 Castro Maia: “Mas o Ministério Público é um operador do direito, ele não se
936 propõe a ser algo diferente disso. Estamos aí no mesmo barco.” Presidente
937 Alberto Félix Iasbik: “Tem mais alguém que queira fazer o uso da palavra?
938 Então concedida a vista que foi pedida pela Fiemg e pelo Ministério Público,
939 ao processo.” **9.2) Empresa Mineira de Explosivos – Emex Ltda.**
940 **Fabricação de explosivos, detonantes, munição para caça e desporto, e**

941 **fósforo de segurança; postos revendedores, postos de abastecimento,**
942 **instalações de sistema retalhistas e postos flutuantes de combustíveis,**
943 **transporte rodoviário de produtos perigosos, conforme Decreto Federal**
944 **nº 96.044, de 18.5.1988. Teófilo Otoni/MG. PA 00975/2003/006/2012.**
945 **Classe 6. Apresentação: Supram Leste Mineiro.** Item retirado de pauta.
946 **9.3) Comercial Simoura Ltda. Fabricação de produtos domissanitários,**
947 **exclusive sabões e detergentes. Teófilo Otoni/MG. PA**
948 **02937/2005/003/2012. Classe 3. Apresentação: Supram Leste Mineiro.**
949 **Aprovado por unanimidade o Parecer Único. 9.4) Usinas Siderúrgicas de**
950 **Minas Gerais S/A - Usiminas. Aeroportos. Santana do Paraíso/MG. PA**
951 **10903/2006/005/2014. Classe 6. Apresentação: Supram Leste Mineiro.**
952 Conselheiro Leonardo Castro Maia: “Senhor presidente, a minha dúvida está
953 esclarecida aqui agora. Eu estou consultando. Agora eu apenas destacaria
954 aqui que, também neste caso, para constar na nossa ata, mais um caso em
955 que os estudos também não estão disponíveis no sistema. Tem o link no
956 sistema, a notícia de que o estudo está lá, só que, ao clicar no link, no PDF,
957 ele não abre, não se consegue executar o PDF. Então mais uma vez aqui –
958 eu pedi nos outros casos, e o senhor ainda não se manifestou –, eu pediria
959 que este caso também fosse considerado como uma diligência da
960 Presidência, não para impedir a votação, mas que, independentemente da
961 votação, até mesmo por uma questão de se cumprir uma decisão judicial,
962 que foi proferida pelo Tribunal de Justiça de Minas Gerais, seja determinada
963 a correção também dessa informação, para que ela fique disponível. E aí eu
964 pediria que na nossa próxima reunião fosse dada notícia acerca desses
965 procedimentos. Eu vou até anotar, porque vou checar esses links todos até a
966 nossa próxima reunião. De fato, vejam só, em poucos procedimentos aqui
967 que foram pautados, vários apresentaram problemas de acesso, eu diria que
968 a maioria deles. E se a maioria dos procedimentos está apresentando
969 problemas de acesso, no sistema, não seria absurdo, seria totalmente
970 razoável crer que a coletividade que acessa essa informação está
971 prejudicada, porque ela não está conseguindo acessar a informação, não
972 consegue ver o estudo.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Eu vou dar a
973 palavra à Supram Leste de Minas para justificar porque o link não está
974 disponível. Eu sei, mas eu gostaria que eles falassem.” Pedro, da Supram
975 Leste Mineiro: “Esse problema, doutor Leonardo, que o senhor está
976 encontrando nesses documentos. O que acontece? Os documentos de PCA,
977 RCA, Rada são documentos grandes, e muitas vezes, quando são
978 digitalizados aqui na Supram, são encaminhados a Belo Horizonte, e muitas
979 vezes ao tentar fazer acesso vocês não conseguem, pelo tamanho do PDF
980 que é gerado. Em outras reuniões nós já orientamos também aos
981 conselheiros, quaisquer tipos de problemas que vocês tiverem com relação a
982 isso, que solicitem a Supram a cópia digital desse PDF que nós
983 encaminhamos para os senhores e solucionamos esse tipo de problema.

984 Porque esse problema não é aqui, é em Belo Horizonte. O documento é
985 enviado, e, se não está abrindo, é só entrar em contato conosco que
986 encaminhamos o PDF que vocês estejam querendo acessar.” Presidente
987 Alberto Félix Iasbik: “Só aproveitando a oportunidade, eu assumi há um mês
988 e pouco a Supram Zona da Mata, e esse mesmo problema estava tendo lá.
989 Eu fiz um contato com a Universidade Federal de Viçosa e estou pedindo um
990 apoio para tentar fazer um passo a passo com a equipe da universidade
991 nessa área de informática, para tentar pegar um procedimento e tentar
992 passar para os consultores, para os empreendedores. Para quando
993 recebermos esse material digital deles ter jeito de tornar isso disponível para
994 vocês. Porque do jeito que vem hoje não conseguimos transformar na forma
995 disponível para vocês. Então está sendo feito esse trabalho. Não vou
996 prometer que o trabalho vai dar certo, mas cheguei até a conversar com a
997 Maria Helena. Estou tentando em Viçosa facilitar. O que acontece? Chega,
998 tem que digitalizar folha por folha, e temos só uma digitalizadora por unidade.
999 É muito difícil fazer esse trabalho. E se conseguirmos que o empreendedor
1000 traga isso de forma disponível, para os nossos equipamentos receberem
1001 esse digital e transformarem de forma disponível não só para os
1002 conselheiros, mas para toda a comunidade, isso seria o ideal. Então nós
1003 estamos tentando. Não posso prometer, é uma coisa que nós estamos
1004 pedindo favor à Universidade Federal de Viçosa. Eles estão com a maior boa
1005 vontade. O pessoal ficou, na semana passada, durante dois dias trabalhando
1006 nesse documento. Eu consegui, através dos nossos funcionários trabalhando
1007 lá, e nós vamos disponibilizar para todas as nossas Suprams esse
1008 documento, para facilitar o trabalho.” Conselheiro Leonardo Castro Maia:
1009 “Vamos imaginar: esse é um sistema estadual. Naturalmente, quando eu
1010 trago aqui a questão, eu não tenho a pretensão de que todos os problemas
1011 relatados sejam resolvidos pela Supram Leste Mineiro. Existem problemas
1012 variados, imagino eu, porque há documentos de que sequer está lá o link,
1013 que sequer foram escaneados. Eu acho que se não foram escaneados seja
1014 até problema da Supram, Mas de repente é o acesso, porque o software
1015 utilizado não é bom, não funciona. Lógico que o tamanho do arquivo não é
1016 um impedimento intransponível. Se fosse assim, nós não acessaríamos
1017 informações volumosas de vários outros sites, de vários outros locais. O fato
1018 é que a norma diz que essas informações têm que estar disponíveis. E creio
1019 eu que é papel do Conselho – especialmente neste caso é uma diligência do
1020 presidente – acionar aqueles órgãos e aquelas pessoas que são
1021 competentes para que comecem a tomar conhecimento disso. Porque se nós
1022 discutimos isso e continuarmos aqui com essa questão fechada, numa caixa,
1023 sem que essa questão chegue até quem pensou nesse sistema, ou quem é
1024 responsável pela manutenção dele, não vai ser resolvido nunca. Então a
1025 minha obrigação como conselheiro, usuário do sistema tentando consultá-lo
1026 e não conseguindo, é dar um feedback, relatar e pedir informações. Ou então

1027 vou entrar com as ações que foram já ajuizadas. E por isso, senhor
1028 presidente, que eu peço que seja feita uma diligência, um ofício, ou seja lá
1029 qual nome que for dado, para que dessa questão seja dado conhecimento. A
1030 esses procedimentos todos que eu relatei não estão dando acesso, quando
1031 deveriam conceder acesso. Não é para mim, não é para nenhum de nós
1032 especificamente, conselheiros. 'Me manda esse processo, me manda esse
1033 parecer.' Não é isso. Todo cidadão deve ter acesso a essa informação,
1034 prontamente, sem embaraço, sem dificuldade, sem falha, porque senão nós
1035 ficaremos naquela discussão do consumidor, atendimento, cartão de crédito,
1036 telefone. 'Eu não posso fazer porque o meu sistema não atende'. Então
1037 mude o seu sistema, aperfeiçoe o seu sistema, para que ele possa atender
1038 nas próximas vezes. Eu recebi a informação do Pedro, entendi, compreendi
1039 perfeitamente, e gostaria que fosse compreendido também que há
1040 necessidade de uma manifestação falando que esses procedimentos têm
1041 que estar acessíveis ao público." Presidente Alberto Félix Iasbik: "Pode ter
1042 certeza também que nós vamos oficializar Belo Horizonte. Além desse nosso
1043 esforço em nível local, nós vamos oficializar Belo Horizonte. Segundo
1044 informação da Maria Helena, já foi oficializado, mas eu vou pedir para
1045 resgatar esse documento e vamos atualizar um novo documento agora, não
1046 só para o subsecretário, mas vamos atualizar também para a secretária
1047 adjunta e o secretário de Estado também. Vamos tomar essas providências,
1048 inclusive, para nos resguardar e resguardar também todo o Colegiado. Tem
1049 mais alguma colocação de algum conselheiro com respeito ao licenciamento
1050 da Usina Siderúrgica de Minas Gerais, Usiminas? Quem concorda
1051 permaneça como está. Processo deferido, aprovado." **10) PROPOSTA DE**
1052 **AGENDA ANUAL PARA AS REUNIÕES DA UNIDADE REGIONAL**
1053 **COLEGIADA DO LESTE MINEIRO DO COPAM PARA O ANO DE 2015.**
1054 **Apresentação: Supram Leste Mineiro. Superintendente Maria Helena**
1055 **Batista Murta**: "Nós temos a nossa proposta, está ali o calendário, e
1056 gostaríamos de apresentar a vocês, para que os senhores possam validar a
1057 nossa proposta." Werner Silva Aleixo, da Supram Leste Mineiro: "Na
1058 verdade, isso é só um modelo para acompanharmos o calendário. A
1059 proposta da Supram que estamos trazendo agora para validar manteria o
1060 sistema atual de terceira terça-feira de cada mês. Se os senhores quiserem
1061 manter assim, nós vamos fazê-lo. Mas eu gostaria de informar também que
1062 no mês de junho nós teremos uma reunião extraordinária logo no dia 10.
1063 Essa reunião já está marcada, e provavelmente os senhores serão
1064 convocados a partir da próxima semana. Sendo no dia 10, inviabilizaria a
1065 reunião da terceira terça-feira do mês de junho. Então junto com a
1066 convocação da reunião extraordinária estaríamos apresentando uma
1067 proposta de data para a reunião ordinária do mês de junho." Presidente
1068 Alberto Félix Iasbik: "Alguém quer fazer alguma consideração?" Conselheiro
1069 Leonardo Castro Maia: "Eu concordo, e queria saber a razão dessa

1070 extraordinária, o que está sendo pautado nessa pauta.” Superintendente
1071 Maria Helena Batista Murta: “É porque trata-se de dois SAAEs, estações de
1072 tratamento de esgoto, e nós achamos muito importante. Uma delas é,
1073 inclusive, da nossa cidade. E aí a complexidade da não concessão da
1074 licença, para nós, é muito importante, porque estamos vendo aí o problema
1075 da água. A reunião do dia 10 é por causa de duas ETEs, e nós gostaríamos
1076 da compreensão dos conselheiros.” Conselheiro Leonardo Castro Maia: “A
1077 minha pergunta é justamente porque são dois processos pautados para essa
1078 reunião. Como vamos ter uma reunião na terceira terça, no final do mês, nós
1079 já teríamos a próxima com menos de 30 dias, independentemente dessa
1080 extraordinária. Eu estou apenas ponderando essa questão. De repente,
1081 haveria necessidade de ter a extraordinária sabendo que no dia 16, menos
1082 de uma semana adiante, nós teremos a pauta? Teria sentido mobilizar toda a
1083 estrutura com tão pouco tempo de diferença?” Superintendente Maria Helena
1084 Batista Murta: “Na verdade, uma das ETEs, a ETE de Itabira, fez um
1085 financiamento, e eles têm prazo para esse financiamento. E como é um
1086 problema com que nós estamos convivendo, e acha de suma importância,
1087 então nós estamos fazendo essa força-tarefa, e gostaríamos do apoio dos
1088 conselheiros.” Conselheiro Raimundo Rodrigues Pereira: “Tem uma dúvida
1089 que eu gostaria de tirar, porque me parece que nos dias 12 e 13 ou 11 e 12
1090 me comunicaram que haverá um evento em Belo Horizonte. Pelo que
1091 entendi, me parece treinamento. Então eu gostaria de saber se realmente
1092 haverá e se isso não vai interferir.” Presidente Alberto Félix Iasbik: “Vamos
1093 confirmar o que está sendo proposto aqui pela superintendente da Supram
1094 Leste? Está combinada a reunião no dia 10? E com a pauta do ano também,
1095 na terceira terça-feira do mês, estamos todos de acordo? Vai propor uma
1096 data para a de junho, não vai ser uma próxima da outra. Em julho volta à
1097 terceira terça-feira.” **11) ENCERRAMENTO.** Presidente Alberto Félix Iasbik:
1098 “Tem mais algum conselheiro, alguma fala? Não? Então eu gostaria de
1099 agradecer a presença de todos, a colaboração aqui. Foi a minha primeira
1100 participação presidindo uma reunião desta. Muito obrigado. Estão encerrados
1101 os nossos trabalhos.”

APROVAÇÃO DA TRANSCRIÇÃO

Presidente Alberto Félix Iasbik